

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Leone Gabriel Dias

**DESENVOLVIMENTISMO COMO IDEÁRIO DE SOCIEDADE: O CONCEITO E SUAS
TRAJETÓRIAS**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub

Juiz de Fora
2018

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **LEONE GABRIEL DIAS**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201673056A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **DESENVOLVIMENTISMO COMO IDEÁRIO DE SOCIEDADE: O CONCEITO E SUAS TRAJETÓRIAS**, desenvolvido durante o período de 06 DE AGOSTO DE 2018 a 29 DE NOVEMBRO DE 2018 sob a orientação de **Prof. Dr. JORGE GOMES DE SOUZA CHALOUB**, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

LEONE GABRIEL DIAS

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

DESENVOLVIMENTISMO COMO IDEÁRIO DE SOCIEDADE: O CONCEITO E SUAS TRAJETÓRIAS

Leone Gabriel Dias¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimentismo para além de seu aspecto puramente econômico. O desenvolvimentismo, aqui entendido, foi um ideário de sociedade que marcou a história brasileira após a Segunda Guerra e que, entre mudanças e continuidades, perdura até os dias atuais. A “socialdemocracia dos povos periféricos”, como denominou Cesar Guimarães (2001), apresentava um futuro de país mediante as abundantes massas que se inseriam no cenário político, tendo como finalidade a superação do passado e do subdesenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, o pragmatismo economicista deve ser deixado de lado para dar lugar a uma ênfase que enxergue o desenvolvimentismo, por um lado, como um processo mais amplo de transformação social, politicamente orientado pela racionalidade estatal e, por outro lado, com suas trajetórias, variantes e diferentes visões de mundo que descaracteriza, desse modo, o período desenvolvimentista e os distintos governos como um só. As nuances e as disputas que o conceito detém são fundamentais para entender não somente a centralidade do desenvolvimentismo na conjuntura da época, mas, também, as posições e os caminhos que seus atores buscavam para o futuro de país.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimentismo; economia política; pós-1945

INTRODUÇÃO

O desenvolvimentismo não se caracteriza somente por políticas econômicas que visam a superação dos entraves causados pelo subdesenvolvimento brasileiro. Pelo contrário, representando muito além do pensamento econômico, o desenvolvimentismo caracterizou um ideário que marcou o debate público principalmente em seu auge, na década de 50. O ideário desenvolvimentista representou um futuro de país com ênfase nas massas que se inseriam no cenário político, transbordando, dessa maneira, seu aspecto estritamente econômico. O conceito, junto com suas diferentes percepções de mundo e de que país o Brasil se tornaria, encontrou, nos seus atores e representantes, formulações das mais variadas demonstrando seus diferentes caminhos e trajetórias que o caracterizavam. As disputas de significado, marcantes para seu desenrolar no complexo mundo material, colocam o desenvolvimentismo no mesmo balaio que outros importantes conceitos do mundo das ciências humanas como, por exemplo, liberalismo, socialismo, mercado, populismo, entre outros, os quais demonstram menos dificuldades para seu entendimento do que nuances e caminhos percorridos fundamentais para a reconstrução do significado. Afinal, até hoje² o conceito de desenvolvimentismo é usado para designar projetos de país e políticas econômicas, acentuando sua real importância como uma ideia que contém rupturas e continuidades. Porém, por empecilhos de tempo e espaço, o período tratado no breve artigo será o de 1945-64, taxado, muito das vezes, como velho-desenvolvimentismo. Vale frisar, também, que não analisaremos, dando créditos ou descréditos, os diferentes governos correspondidos por tal período.

A primeira parte do trabalho mostrará brevemente os precedentes do desenvolvimentismo a partir da crise de 29 e do conceito de planejamento, apêndice central do desenvolvimentismo, que teve como importante influência a planejada economia soviética. O Estado planejando e orientando racionalmente a industrialização tinha, além do fim em si mesmo, a visão de superação da ideia de mão invisível, central para certo liberalismo que não conseguiria dar ordem no novo mundo que nascia no pós Segunda Guerra.

O conceito, na parte 2, será tratado a partir de Pedro Fonseca (2015) através do “núcleo central” do desenvolvimentismo, com seus principais aspectos e instrumentos que variavam de país para país, em uma análise de 34 governos latino-americanos no período entre 1930-1966. Com base em Renato Perissinotto (2012),

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: leonegabriel10@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub

² Atualmente o desenvolvimentismo é, majoritariamente, taxado de novo-desenvolvimentismo. Ver Cepêda (2012) para diferenças entre velho-desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo para além do somente campo econômico

mostraremos o projeto político que um “Estado desenvolvimentista” deve sustentar para conseguir objetivar as políticas desenvolvimentistas. Dessa forma, vale frisar como desenvolvimentismo se tratava menos de políticas econômicas do que um forte ideário de país que arraigava visões de mundos e aspectos que floresciam na conjuntura da época, tais como as massas que se inseriam na sociedade brasileira. A superação do passado e do subdesenvolvimento encontrava no desenvolvimentismo um projeto de país para suplantar a visão de atraso que o atravessava

A terceira parte fará uma breve análise sobre o trabalho de Ricardo Bielschowsky, em especial a parte um intitulado: “As correntes do pensamento econômico no Brasil: 1945-64”. Conseguiremos ter uma visão de como o desenvolvimentismo tinha diferentes visões representadas, principalmente, por economistas variados. Os instrumentos centrais, como, por exemplo, o planejamento, eram alvo de diversas formulações e encontravam, em seus representantes, disputas para sua materialização.

Na quarta parte, por fim, faremos uma ponderação à análise de Bielschowsky mostrando o objetivo do trabalho, a saber: o conceito de desenvolvimentismo para além de seu aspecto puramente econômico. Para isso, faremos uma análise detida do marcante texto de Alvaro Vieira Pinto, datado de 1956: “Ideologia e desenvolvimento nacional” mostrando como o desenvolvimento, para esse autor, tinha questões muito mais profundas que somente políticas econômicas. As questões das massas ganham então destaque, superando, dessa maneira, uma visão elitista e diferente de enxergar o caso brasileiro à época.

1. O desenvolvimentismo

A história, de fato, extrapola às ideias. Essas, por outro lado, em determinadas épocas, se inserem de modo que o campo da ação não é capaz de transmitir todas as variantes e trajetórias dos contextos históricos. Entender a inserção das ideias juntamente com as percepções de seus atores é recorrente principalmente quando uma ideia-chave é central para o desenrolar do desenvolver histórico. A ideia de desenvolvimentismo, por exemplo, é uma delas. Adentrando no pós-45, que não é marcado somente pela Guerra-Fria, o desenvolvimentismo aprofundou, principalmente em meados da década de 50, o debate brasileiro ao redor de um projeto de país que, mesmo com as desavenças dos atores em relação aos ideais e usos de seus instrumentos, conseguiu encontrar ponto de convergência a partir de sua principal tarefa: a superação do passado e do subdesenvolvimento brasileiro, através “da recusa às virtudes da auto-organização da sociedade” (CEPÊDA, 2012, p.83). O debate desenvolvimentista, um dos pontos incontornáveis da história brasileira, se mantém atualmente no debate público e intelectual, de modo que suas continuidades aparecem e desaparecem constantemente.

O liberalismo da primeira república e o corporativismo Vargasista não conseguiriam dar ordem no novo mundo que nascia e, nesse sentido, somente um projeto de transformação social racionalmente orientado pelo Estado seria capaz de superar as mazelas do subdesenvolvimento e do passado brasileiro. Apesar do conceito ser muitas vezes levado para um exclusivo lado econômico, o desenvolvimentismo, aqui entendido, foi um projeto de país rodeado por questões centrais do debate brasileiro da época. A classificação puramente econômica do termo faz-se perder de vista o âmbito político do projeto desenvolvimentista, a questão das massas trabalhadoras em ascensão no contexto da época e os valores dos variados atores que buscavam superar o atraso brasileiro através de suas concepções de um novo Brasil.

O subdesenvolvimento brasileiro, historicamente engendrado pelo próprio fenômeno capitalista, “incluiu excluindo” o Brasil, mediante seu atraso marcado pela expansão mercantilista e pelo colonialismo da geoeconômica mundial através da forte divisão do trabalho que, como Vera Cepêda (2012) bem demonstra, implicou “o surgimento de diversos problemas nacionais [...] especialmente na capacidade de longo prazo de crescimento, diversificação produtiva, saltos inovativos e expansão do mercado interno.” Entretanto, olhando para essas implicações, o subdesenvolvimento colocou em evidência e óbice a neutralidade da mão invisível e a universalidade da dinâmica capitalista pautando como solução o fenômeno desenvolvimentista. (CEPÊDA, 2012, p. 80). O desenvolvimentismo demonstrou, então, o caráter processual de um fenômeno que somente através de transformações sociais, *operada politicamente*, com forte atuação racional do Estado, seria capaz de superar os entraves causados pelo preceito da economia clássica, tal como os efeitos perversos da mão invisível e, como consequência, a “patologia dos gargalos estruturais, do atrasado tecnológico e dos limites de investimento endógeno, presentes mesmo em situação de arranque ou brecha histórica” (p.80). A adição do sufixo – ismo, no termo desenvolvimento, demonstra o caráter transformador de um movimento social que, apesar de pautado

pela superação do subdesenvolvimento, cria correntes diversificadas e marca uma configuração histórica marcante da tradição brasileira.

Penso, contudo, em dois aspectos que precederam o desenvolvimentismo brasileiro. O primeiro, destaque central na história mundial e na conjuntura global da época, marcou o declínio do ideário liberal representando o fim da era que prevaleceu o século XIX e as primeiras décadas do século XX, condicionando, de certa forma, o projeto desenvolvimentista. O declínio do liberalismo que rondou as sociedades no após Primeira Guerra e teve seu “xeque-mate” com a crise da bolsa de valores, em 1929. O estado liberal-democrático não conseguia estabilizar as massas cada vez mais abundantes e revolucionárias e, com o desastre de 29, o projeto solapou³. Nesse momento, a ideia do mercado regulador teve muita resistência pelos inúmeros países alastrados pela catástrofe de então. A solução buscada, para tais problemas, foi a maior intervenção do Estado nas problemáticas do mercado, tendo o keynesianismo como plano de fundo. Consubstanciando com isso, a União Soviética se encontrava, no contexto de crise, plenamente forte, não abalada pelos entraves de então, devido a seu instrumento central que serviu de base e fundamento para o projeto desenvolvimentista: o planejamento econômico⁴.

O segundo ponto, mais especificamente do caso brasileiro, marca a “origem” do desenvolvimentismo. Mesmo com as desavenças e desarticulações, o pós-30 brasileiro marca “uma primeira e limitada tomada de consciência da problemática da industrialização por parte de uma nova elite técnica, civil e militar” (BIELCHOWSKY, p. 250, 2000). O ideário que daí se prospera marca elementos centrais do desenvolvimentismo, que vem a se tornar hegemônico na década de 50, como a ideia de planejamento impondo às desordens da crise de 29 uma solução; a necessidade de um setor industrial integrado voltado à produção interna de insumos e bens; um nacionalismo econômico, com caráter anti-imperialista, protegendo os recursos naturais; e mecanismos de centralidade capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida. (BIELCHOWSKY, 2000). São desse momento as criações dos órgãos de orientação e regulação das atividades econômicas do país como, por exemplo, o Departamento Administrativo do Setor Público (DASP) com a função de estruturar, acabando com o clientelismo, o funcionalismo público; o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), de 1936, planejando o comércio exterior brasileiro, sendo, também, decisivo na criação da CSN, em 1942; a Coordenação de Mobilização Econômica, 1942; e a Comissão do Planejamento Econômico, 1944. Vale frisar que apesar de todas essas criações, não foi possível, na época, sintetizar um projeto definido e articulado devidos a vários entraves internos ao Estado e, até mesmo, na própria classe empresarial brasileira.

Renato Perissinotto (2014), comparando a Argentina e o Brasil do pós-30, enxerga no segundo “um processo de construção institucional bastante vigoroso com vistas à racionalização administrativa (cuja máxima expressão é a criação do DASP) e ao desenvolvimento econômico [...]” (PERISSINOTTO, p. 65, 2014), detendo “uma elite modernizante disposta a pensar a industrialização” para além da crise de 29 e trilhando, desde então, um futuro a ser seguido. Ademais, essa elite modernizante, com todo o aparato institucional sendo criado, detinha um “ethos específico”, produzido e reproduzido por essas instituições, formando políticas econômicas. A disposição de uma elite modernizante é o ponto central do desenrolar do desenvolvimento e, como Perissinotto mostra, o Brasil dispunha de tal elite que, gerando um processo institucional, conseguiu promover um salto qualitativo na consciência desenvolvimentista, ou melhor, na “ideologia desenvolvimentista”, ainda embrionária, cunhada por Bielschowsky. O âmbito político do desenvolvimentismo é claramente exposto por Perissinotto, mostrando como o projeto não resulta do somente caráter econômico na qual muitas vezes é traçado.

Datado de uma conjuntura específica que ultrapassava as fronteiras nacionais, o desenvolvimentismo, sustentado pela crise do credo liberal, com a perspectiva de superação do passado através da edificação do progresso, tendo o Estado papel central, inseriu, para formulação de uma sociedade industrial, atores inconciliáveis no debate público, que enxergavam no projeto desenvolvimentista ponto de concórdia para um novo país. Daí em diante, à teoria liberal clássica teve que se reformular para o novo período que se colocava, onde as teses do mercado regulador foram mediadas conforme ocasiões. A ação estatal era a resposta dada pelo novo cenário que se colocava, tendo o desenvolvimentismo como fim.

O cenário do pós-45, com a ainda recente devastação pela Segunda Guerra, nasce com um movimento internacional de modernização. O Estado de bem-estar social na Europa, com o financiamento dos EUA, começou a tomar forma e, no Terceiro Mundo, a ideia de “desenvolvimento”, nas palavras de Cesar Guimarães

³ Uma análise detida do declínio do ideário liberal na época se encontra em HOBBSBAWN (1995)

⁴ “As intervenções estatais dos anos 30 e da guerra em todos os países, ao sucesso do que veio a ser conhecido como keynesianismo vem somar-se o prestígio da economia planejada da vitoriosa União Soviética - um experimento antes tido por inviável” (GUIMARÃES, 2001, p. 157)

(2001), “penetrou no vocabulário econômico, político e jornalístico”, dando suporte econômico para os movimentos políticos de descolonização “das novas nações”. O desenvolvimento econômico se tornou assim “a chave da redução das desigualdades intra e internacionais”, onde inúmeros caminhos possíveis poderiam ser tomados para se chegar a tal finalidade. Porém, uma “segunda ideia-força” dava suporte para a convergência entre variados atores: planejamento. Destarte, o ideário dessas três ideias – desenvolvimento, planejamento e descolonização – daria, para as economias latino-americanas, o bem-estar social esboçado na Europa que, apesar de todas as contradições, estava diminuindo as desigualdades entre os indivíduos e grupos sociais. Nesse sentido, o “desenvolvimento será a socialdemocracia dos povos periféricos” (GUIMARÃES, 2001, p.158)

O desenvolvimentismo, por tudo que a conjuntura brasileira mostrava no pós-45, jamais foi um termo neutro, que só agregava a racionalidade estatal para projetar uma sociedade industrial, mas, pelo contrário, contava também com as percepções de mundo dos variados agentes que debatiam o futuro do país. Além disso, aspectos políticos e sociais estavam presentes nos discursos desenvolvimentistas principalmente pelas massas que se colocavam no cenário pós-45.

Álvaro Vieira Pinto, um dos grandes quadros do ISEB, em texto célebre marcado pela aula inaugural do Instituto, de 1956, coloca como ator central do desenvolvimento as massas populares. Pinto, rompe com toda uma lógica de somente inclusão das camadas populares no desenvolvimento e demonstra o caráter fundamental dessas, como peças-chave, na vanguarda do progresso brasileiro. As “peculiares e inéditas condições”, a partir de meados da década de 50, que se passavam no Brasil, despertou o aspecto central: “o papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem o corpo nacional”. O caráter demográfico brasileiro expandia cada vez mais a “área culturalmente iluminada” da sociedade e que, conseqüentemente, “é acompanhado por um movimento qualitativo de transformação de consciência”. Sendo assim, o caráter “meramente sensitivo, figurante mudo do drama social” passa a ser “expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente”. O homem que sofre, nas palavras de Vieira Pinto, agora sabe porque sofre:

“Fazendo o descobrimento da própria voz, o homem do povo vai utilizá-la naturalmente para exprimir a miséria da sua condição e reclamar contra ela. Não sabe porque vive assim, mas já agora protesta contra o seu estado, começa a dar forma lógica ao que antes era obscuro sentimento de desigualdade social e, embora não saiba como remediá-la, exige que se atende às suas necessidades.” (PINTO, 1956, p.17-18)

O “corpo em crescimento”, que cria e determina certas condições à realidade brasileira, necessita tomar o rumo do desenvolvimento nacional sujeitando nas massas o “aclaramento quanto aos aspectos categoriais do projeto, como sejam finalidade, unidade, ideia diretriz e exequibilidade do planejamento”. Esses aspectos categoriais dão coerência e possibilidade à execução do “projeto de desenvolvimento”, que só pode ser resultado e construído em função das próprias massas trabalhadoras. Para isso, o que ele chama de “ideologia do desenvolvimento” perpassa pelo “aspecto psicológico” do indivíduo possuindo a ideia e o “aspecto sociológico” da ideia que possui o indivíduo, sendo a “interrelação” destes a decorrência do desenvolvimento histórico. Em outras palavras, o desenvolvimento nacional não resulta de arbitrariedade, mas, pelo contrário, resulta da consciência e ação humana através das ideias “possuídas por um grupo social” e que “por isso mesmo inspiram certo projeto futuro”, no caso, o projeto de desenvolvimento nacional.

O consenso para com as ideias desenvolvimentistas como finalidade para a sociedade brasileira não faz perder, entretanto, as disputas e os caminhos percorridos que, respectivamente, permearam e representaram o conceito. Mesmo possuindo “um corpo teórico comum, pautado pela suspeita ou recusa às virtudes da auto-organização da sociedade” (CEPÊDA, 2012, p.83) o desenvolvimentismo, conforme Bielschowsky (2000), passou por um “ciclo-ideológico” a partir de cinco correntes “dentro das quais pode ser identificadas, a grande maioria dos economistas e intelectuais que participaram do debate econômico brasileiro dos anos 1930-64”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 33). Enxergar o desenvolvimentismo como um único modelo de país que atravessou o período de 30-64, além de negar as diferenças entre os diferentes governos, oculta as nuances e disputas fundamentais para a reconstrução histórica da época:

“A presença da linhagem orgânica desenvolvimentista ganhará corpo pós-1930, com atores concorrentes ideologicamente, no campo esquerda-direita, inclinando-se ao campo do planejamento e da intervenção estatal, movido pela energia explicativa da perspectiva do subdesenvolvimento (embora sustentado por lógicas diversas em casos particulares” (CEPÊDA, p 83, 2012)

2. O conceito de desenvolvimentismo e suas nuances

Koselleck (2006) ao relacionar a história dos conceitos e a história social de um determinado período, deixa claro, porém, que a história não se limita aos conceitos. Esses, por outro lado, “colaboram com a história social fornecendo-lhe subsídios”, ou seja, a análise de acontecimentos e situações políticas na modernidade são imprescindíveis à análises dos conceitos políticos, determinantes nos processos históricos, que fornecem “uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje”. Olhando para história, enxergamos no após Revolução Francesa, já com as enormes consequências do desenvolvimento da Revolução Industrial, as massas abundantes e desarticuladas que se inseriam nas sociedades. As tendências conservadoras, liberais e socialistas se colocaram em cena com o objetivo de agrupar e dinamizar, com tais sistemas, os novos atores que surgiam. Assim como o desenvolvimentismo, tais conceitos – conservadorismo, liberalismo e socialismo - empregavam, e ainda empregam, suas nuances e seus caminhos, não sendo, por assim dizer, “estáticos”. Representaram no após Revolução Francesa menos lógicas ordenadas do que polissemias e ambiguidades, fundamentais para a reconstrução das ações políticas e do novo ideário de mundo que daí nascera:

“A batalha semântica para definir, manter ou impor posições políticas e sociais em virtude das definições está presente, sem dúvida, em todas as épocas de crise registradas em fontes escritas. Desde a Revolução Francesa, essa batalha se intensificou e sua estrutura se modificou: os conceitos não servem mais para aprender os fatos de tal ou tal maneira, eles apontam para o futuro” (KOSELLECK, p.102, 2006)

Os conceitos, desde então, movidos por suas diferentes visões e ações no mundo, acabam transcendendo seu aspecto conceitual estático, se é que se pode falar de uma conceituação sólida e rígida. As polissemias e ambiguidades deixam de ser problemas e apontam para “diferentes totalidades de sentido” (ibidem, p. 109) que se agregam nos discursos políticos, nos ideários dos atores e nas práticas. O dinamismo histórico, movido pelas práxis humana e seus determinantes, condiciona nas “estabilidades conceituais” o motor central das nuances que um mesmo conceito pode destacar. O desenvolvimentismo, nesse sentido, é fruto de um novo ideário de país que, assim como todos os ideários, detém “multiplicidades de significados” (ibidem) não dificultando seu significado, mas, pelo contrário, demonstra como as ideias ao toparem com a complexidade do mundo social e os atores políticos, arranjam e rearranjam suas formas, seus caminhos.

A delimitação do conceito de desenvolvimentismo, todavia, traz dificuldade pela via de mão dupla indissociável na qual está inserido. Primeiramente, pode se tratar de “um fenômeno do mundo material” por ser uma prática sociopolítica e econômica que predominou no pós-45. Segundo, por se referir “um fenômeno do mundo pensamento”, expressando teorias, concepções ou visões de mundo a partir de discursos políticos ou correntes de pensamentos (FONSECA, p.08, 2015) Sendo assim, por um lado, o termo remete à questão técnica, do planejamento, da racionalidade estatal em forma de políticas econômicas que, por outro lado, juntamente com os valores dos atores, “toma a forma de ideologia” principalmente nos discursos políticos por onde as concepções de sociedades mais igualitárias, justas, harmônicas ganham destaque.

Fonseca (2015), propondo a delimitação do conceito de desenvolvimentismo, enfatiza as políticas econômicas de países Latino Americanos “normalmente apontados como exemplo de desenvolvimentismo” e o “uso feito do termo por autores reconhecidos” (ibidem, p. 14). A partir da “estratégia definida por Sartori com conceito “clássico” ou “por redefinição”, Fonseca analisa comparativamente casos históricos “que apresentam certos atributos ou características comum” ao desenvolvimentismo. Diferente do tipo ideal weberiano, que se preocupa mais com abstrações da realidade à generalidade de situações concretas, a metodologia de Pedro Fonseca propõe “encontrar um núcleo ou core” (ibidem, p.12), abrangendo somente os atributos principais do desenvolvimentismo, em torno do “trade-off” entre extensão, “entidades, elementos ou casos abrangidos pelo conceito”, e, intenção, “conjuntos de propriedades ou atributos abarcados pelo conceito”:

“Assim, em busca de um núcleo comum, a metodologia empregada será, inicialmente, a de pesquisar os atributos utilizados por diversos autores que expressaram seu entendimento sobre o que seja desenvolvimentismo, e com isso identificar se há um domínio que concentre

atributos mínimos principais. Como passo seguinte, entendeu-se que a formulação conceitual obteria mais rigor caso se procedesse a um teste de tais atributos em algumas experiências históricas normalmente arroladas pela bibliografia como exemplos de desenvolvimentismo” (ibidem, p.14)

Partindo da vasta literatura sobre o fenômeno desenvolvimentista, Fonseca analisa, minimamente, as atribuições ao conceito. Chegando em seu “núcleo comum principal”, o autor tem a conclusão que três aspectos centrais se encontram nos diversos autores que trataram do desenvolvimentismo: 1) “a existência de um projeto deliberado” que pode ser associado a um projeto nacional; 2) “a intervenção estatal e determinada do Estado” que se propõe a fundamentar e viabilizar o projeto”; e 3) a industrialização, principalmente no setor primário, conduzindo a superação do subdesenvolvimento. Os três pontos reunidos perpassam pela questão da nação como “epicentro e destinatário do projeto”, os grupos sociais dispostos a progredir com tal projeto viabilizados pelo suporte estatal e, como fim, o desenvolvimento dos setores técnicos produtivos para superação dos entraves historicamente formados. Os atributos de menor frequência, encontrados por Fonseca, passam pelas questões de burocracia ou grupos técnicos dispostos a executar o projeto, planejamento econômico, que no pós-50 era umas das principais bandeiras brasileiras, redistribuição de renda, reforma agrária e banco de desenvolvimento. Com as atribuições comum e com as de pouca frequência, Fonseca analisa experiência concretas - 34 governos latino-americanos entre 1930 e 1979 -, “cujos atributos o conceito se propõe contemplar”. Como resultado, chegou-se à conclusão, além do núcleo comum principal anteriormente citado, o “capitalismo como sistema econômico” do projeto desenvolvimentista:

“entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento econômico da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista” (ibidem, p.40)

Vale frisar que o conceito delimitado pretende estar embasado, fundamentalmente, nas experiências concretas dos 34 governos latino-americanos escolhidos pelo autor. Entender, a delimitação como algo estático, “sem vida” e movimento, é uma incoerência total que nega a complexidade do mundo social a partir dos atores e suas percepções e visões de mundo, por onde as nuances das ideias ganham destaque. Por outro lado, olhar metafisicamente para o conceito para tentar aplica-lo à realidade, além de lhe dar ares idealistas e sem sentido, pode ocultar experiências desenvolvimentistas que tiveram outros caminhos ou não tiveram características pontuais abarcadas pelo conceito encontrado.

A análise que parece, a priori, puramente econômica não deixa de salientar, porém, que “os governos”, ditos desenvolvimentistas, “precisaram constituir base social e política para executar o projeto” e como a ação estatal, remetida pelo desenvolvimentismo, não se restringe somente à área econômica, mas se estende “à educação, cultura, saúde pública, leis sociais, meio ambiente”. Os “fins desejáveis”, abarcado no conceito, a qual o desenvolvimentismo tende a alcançar, remete aos “valores maiores” que esclarecem a buscar por outra sociedade diferente. Álvaro Vieira Pinto (1956), por exemplo, olhando para os rumos que a educação deve tomar, enxerga que essa tem de ser orientada conforme o “sentido da ideologia do desenvolvimento econômico e social”. A educação, então, é o “aspecto capital da teoria do desenvolvimento” e por ela que a ideologia do desenvolvimento tem que ser difusa e expandida para as “gerações em crescimento”, que compreenderão, assim, “seu papel histórico”, capacitando-as “das suas responsabilidades nesse processo” de desenvolvimento. (PINTO, 1956, p. 43-44)

Renato Perissinotto (2014), já citado anteriormente, delimitando as causas não econômicas do desenvolvimentismo, propõe, a partir do conceito de “Estado Desenvolvimentista”, uma análise comparativa entre Brasil e Argentina do pós-1930. A tese central de Perissinotto é mostrar como é fundamental contar com grupos propensos “a serem portados políticos” da tarefa de industrialização do país e “como seus atributos afetariam a natureza do desenvolvimento econômico posterior”. Menos preocupado com as políticas concretas desenvolvimentistas do que com as necessidades que um Estado precisa para suportar e orientar o desenvolvimentismo, Perissinotto parte, também, de uma vasta literatura sobre o Estado Desenvolvimentista e acha “três dimensões interligadas” que o “conceito comporta”, sendo elas: dimensão contextual, institucional e

volitiva (PERISSINOTTO, p.61, 2014). A importância política precede os pré-requisitos da industrialização, já que necessita primeiramente de “elites políticas e burocráticas” preocupadas com mudanças e reformas constitucionais necessárias para “decisões desenvolvimentistas”. Sendo assim, o conceito de ED “introduz na explicação a dimensão da ação e, por conseguinte, dos grupos sociais dispostos a realizá-la, de seus atributos e motivações”, ou seja, o desenvolvimento, mesmo que com condições favoráveis, não é espontaneamente bem-sucedido pois necessita da presença de um grupo que direcione “tais condições para a industrialização” (ibidem, p.71)

O Estado desenvolvimentista pressupõe três dimensões que interligadas formam o suporte para o projeto desenvolvimentismo. A dimensão contextual expõe às condições exteriores ao Estado que colabora com o surgimento do ED. A partir do conceito de “autonomia inserida”, formulado por Peter Evans, conseguimos enxergar como o Estado necessita “desenvolver mecanismos institucionais que permitem sua burocracia manter contato permanente com grupos e classes sociais estratégicos” para conseguir legitimar e dar acesso aos “processos decisórios” que configuram as políticas econômicas. A “autonomia inserida”, entretanto, apesar da forte participação ativa dos setores da sociedade, pressupõe a autonomia do Estado para que esse não “se torne preso dos interesses imediatos e privatizantes desses grupos” (ibidem, 62). Por outro lado, é importante a não fragmentação do contexto social permitindo, dessa maneira, uma atuação coletiva dos grupos sociais, organizados e estruturados, para o avanço do Estado Desenvolvimentista. O contexto internacional, nesse ponto, é extremamente importante pois a ameaça externa, o imperialismo no caso, necessita ser combatido com o que Perissinotto chama de “nacionalismo prático”, ou seja, um nacionalismo que representa o desenvolvimento e a industrialização de forma eficaz “com vistas a se equiparar às potências que representam ameaça à soberania nacional” (ibidem)

Partindo de exemplos concretos, como no Japão e Coreia do Sul que promoveram um forte Estado Desenvolvimentista, Perissinotto, ao assinar a dimensão institucional do ED, demonstra como é necessário esse “contar com a presença de uma burocracia bem ordenada e tecnicamente competente”, protegidas de ações clientelistas. Nesse sentido, ao invés de um controle por parte de políticos, as instituições que promovem e implementam o desenvolvimento econômico devem ser orientadas por “burocratas econômicos razoavelmente autônomos” que, apesar de autônomos, não devem ser isoladas da sociedade. A “autonomia inserida”, aqui, ganha destaque já que através disso ela “permite ao Estado superar seus limites institucionais e adotar a melhor política possível”, através de uma “burocracia coerente” e com “inserção social”:

“Com uma burocracia competente e orientada por um ethos próprio, mas ao mesmo tempo em diálogo permanente com os setores economicamente estratégicos, o ED é capaz de se orientar pela seletividade de suas decisões, isto é, definir de maneira estratégica em quais áreas irá atuar para promover o desenvolvimento, evitando gastar tempo, recursos e energia com intervenções aleatórias” (idem)

O Estado Desenvolvimentista presume, assim, uma outra racionalidade em oposição à racionalidade de mercado, que até então predominava no globo. A terceira dimensão, denominada por Perissinotto de dimensão volitiva, atribui a necessidade “de uma elite modernizante” fomentada à industrialização e modernização do país de acordo com um “plan rationality” que pregue resultados em detrimento de somente eficiência. Ou seja, o planejamento, instrumento central do desenvolvimentismo, é indubitavelmente o apêndice central do Estado Desenvolvimentista por onde metas sejam alcançadas. A dimensão institucional e contextual sozinha não consegue as condições ideais para promover o desenvolvimento e, sendo assim, somente uma elite modernizante, assumindo politicamente o projeto, consegue promovê-lo. Para obter sucesso, principalmente pelas disputas que permeiam os conceitos e suas concretizações, a elite modernizante “depende de sua capacidade para construir um “consenso político”, formando o que Leftwich, como bem ressalta Perissinotto, chama de “coalização desenvolvimentista”. O caráter político do projeto desenvolvimentista, apesar de muitas vezes ser levado pro somente lado econômico, se mostra real, pois é inevitável a dependência de capacidade política que tais decisões presumem. Interligando as três dimensões se encontra, como tipo ideal, a conceituação do Estado Desenvolvimentista:

[...] um Estado Desenvolvimentista é, como um tipo ideal, aquele em que uma elite política orientada por ideais desenvolvimentistas e incentivada por um contexto internacional

ameaçador é capaz de forjar uma aliança política de modo a sustentar um processo de construção institucional e de formação de uma burocracia econômica que seja, ao mesmo tempo, suficientemente coesa, socialmente inserida, com autonomia e capacidade para formular e implementar uma política de industrialização que redefina, no longo prazo, a estrutura econômica de um país” (ibidem, p. 64)

Muito mais que redefinir a “estrutura econômica de um país”, o desenvolvimentismo brasileiro, ou o Estado Desenvolvimentista, foi um ideário que marcou fortemente o 1945-64 brasileiro a partir das massas que se inseriam na instabilidade sociopolítica que se passava o Brasil. O desenvolvimentismo não presume somente redefinições na estrutura econômica do país, apesar de muitas vezes ser pensado somente no âmbito econômico formal. O desenvolvimentismo deduz um movimento racionalmente orientado pelo Estado visando transformações profundas, orientadas politicamente, vinculando economia e avanço social, (CEPÊDA, 2012, p. 79). Alvaro Vieira Pinto é um dos grandes nomes desse processo, enxergando no desenvolvimento o único modo de superação do atraso brasileiro sem deixar de lado as enormes massas que se colocavam no ambiente público do pós-45.

Por outro lado, a análise de Perissinotto explicita bem o caráter claramente político que o desenvolvimentismo tem que sustentar para seu desenrolar. Condições objetivas no contexto econômico são imprescindíveis, claro, porém a coalização política, juntamente com a unidade dos grupos e classes sociais, é fundamental para as aspirações desenvolvimentistas superando, dessa forma, “visões estritamente econômicas e institucionais” do processo (PERISSINOTTO, p. 71, 2014). O caráter do ideário liberal, regulado pela economia de mercado na mão invisível, é suplantado no novo ideário que daí nascerá, como bem demonstra a “dimensão volitiva” que tal projeto desenvolvimentista deve concentrar. A ação humana, tanto nas classes baixas e nas elites modernizantes, a racionalidade e o planejamento são os pontos cruciais e determinantes para a eficácia do Estado desenvolvimentista, que deixa para trás a crença quase metafísica, porém desastrosa concretamente, do discurso liberal.

Olhar para o desenvolvimentismo como um único modelo é prejudicial pelas enormes controvérsias que tanto seus instrumentos como suas ideias centrais passaram no 1930-64. Diferente de Fonseca (2015) e Perissinotto (2014), Bielschowsky (2000), considerando o desenvolvimentismo como ideologia, fundamenta o fenômeno em cinco correntes que se lançaram no que ele chamou de “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”: três correntes desenvolvimentistas (setor privado, setor público “não nacionalista” e setor público “nacionalista”); a corrente neoliberal estando “à direita do desenvolvimentismo”; e a corrente socialista, à esquerda, orientada principalmente pelo PCB da época. Bielschowsky fundamenta cada corrente a partir de economistas clássicos do pensamento brasileiro da época, “em especial ao pensamento de Eugenio Gudín, Roberto Simonsen, Roberto Campos e Celso Furtado”. Para ele, o desenvolvimentismo é:

“[...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 07)

O conceito de desenvolvimentismo por Bielschowsky é usado como referência para a fundamentação das correntes. Apesar de uma análise econômica, a partir do “ciclo ideológico”, com seus atores, conseguimos ter dimensão de como o ideário desenvolvimentista tinha respaldo na conjuntura da época e de como alguns instrumentos centrais eram alvos de disputas pelos então “concorrentes”. As divergências e as diferentes visões de mundo dos atores são essenciais para descaracterizarmos o período como um só, além de conseguir mostrar como as nuances do desenvolvimentismo mudavam de um para outro. Os fortes embates entre Simonsen e

Roberto Campos em torno do planejamento, por exemplo, são uma delas. A terceira parte do artigo irá expor melhor tal ideário.

O desenvolvimentismo, portanto, como visto, marcou um ideário central no após Segunda Guerra Mundial. O embrionário processo que nasce em 1930, a partir da crise do liberalismo, condicionou a ação estatal racional como suporte e orientação para o novo período. O passado e o subdesenvolvimento só poderiam ser suplantados mediante ao recurso heterodoxo da economia, sobretudo a partir da ideia de planejamento, pensando e orientando o mundo da produção e buscando resultados eficazes.

As nuances que o conceito destaca, inserindo em seus aspectos valores dos atores, demonstra seus inúmeros caminhos e suas diversas formulas para serem materializados. Como mostrado, o desenvolvimentismo não é um conceito puramente do mundo econômico, mas, longe disso, caracteriza um movimento mais amplo, que transborda as políticas econômicas e configura, assim, um projeto de transformação social, politicamente orientado e racionalmente planejado. As polissemias e ambiguidades que o conceito apresenta são menos defeitos do que diversidades de experiências históricas que apresentam seus diferentes caminhos e suas variantes. Enquanto o subdesenvolvimento não for superado, o desenvolvimentismo provavelmente será uma das respostas para as soluções que forem buscadas, com suas continuidades do passado e com suas variantes contemporâneas.

3. O “CICLO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTISMO”⁵: 1930-1964 - Bielschowsky e o conceito economicista de desenvolvimentismo

Visando preencher a lacuna de como se estruturou o pensamento econômico de um dos principais períodos da história brasileira, o 1930-64, Bielschowsky (2000), em sua análise clássica do desenvolvimentismo, reflete sobre a evolução do pensamento econômico em torno do debate desenvolvimentista e a possível industrialização brasileira, a partir dos principais economistas da época. Ressalvas, entretanto, devem ser feitas. Porém, em um primeiro instante, analisaremos como o autor separou o período através das cinco correntes citadas anteriormente para, à posteriori, serem feitas às mediações sobre a questão defendida no presente trabalho, a saber: o desenvolvimentismo para além da questão estritamente econômica. São elas: neoliberal, desenvolvimentista do setor privado, do setor público não nacionalista e nacionalista e, por fim, a corrente socialista. Vale ressaltar novamente que o desenvolvimentismo para Bielschowsky é “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal” (BIELSCHOWSKY, 2000, p.33)

A CORRENTE NEOLIBERAL, orientada por Gudin e Bulhões, economistas de destaque para a conjuntura da época, foi, junto com a desenvolvimentista nacionalista, a principal corrente ativa no então debate desenvolvimentista. Se opondo quase sempre às propostas desenvolvimentistas, tinham como principal objetivo “estabelecer as condições de equilíbrio monetário e financeiro” que seriam inevitáveis para a eficiência da econômica de mercado. Como o liberalismo tinha sofrido uma enorme derrota na virada para a década de 30, os liberais conseguiam, até certo ponto, suportar intervenções específicas do Estado em setores que, para eles, eram comuns ter desajustes principalmente nas economias de países subdesenvolvidos. É nesse sentido a formulação da chamada NEOLIBERAL: mediante as transformações da crise de 29, os “novos” liberais tiveram que sustentar, com suas teses e novas formulações, resistência na ampliação estatal por todos os setores da sociedade. É de conhecimento também que, assim como todos os sistemas, essa possível intervenção era motivo de debates, aumentando ou diminuindo a intervenção conforme seus atores, e não algo fechado e ordenado

A principal questão da corrente neoliberal, além da oposição a políticas desenvolvimentistas, era o grande núcleo de militância dos seus representantes. O principal lugar, por paradoxal que seja, era a então recém-criada FGV. De 1944 para frente, merecem destaque uma série de pesquisas econômicas no IBRE (Instituto Brasileiro de Economia), instituto datado de 1950. Ainda em 1948, passaram a editar a Revista Brasileira de Economia e, em 1952, passaram a organizar a Conjuntura Econômica. Além de revistas e institutos, Gudin e Bulhões dirigiram o primeiro curso de ciências econômicas na Universidade do Brasil, hoje UFRJ, sendo os principais líderes intelectuais da Faculdade de Economia (ibidem, p. 38-39).

⁵ Todo o quadro conceitual referido nessa parte é de autoria de Ricardo Bielschowsky. A análise íntegra se encontra em BIELCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930-1964, 2000.

Gudin, líder teórico do pensamento neoliberal, pode “ser considerado o patrono dos economistas brasileiros” principalmente por ter sido um dos primeiros responsáveis pelo “ensino e legitimação da teoria econômica no Brasil” (idem, p. 40). Reorganizou os fundamentos liberais levando em consideração a economia dos países subdesenvolvidos, nunca deixando de lado o liberalismo e o mercado como procedimento de organização. A tese central de Gudin era de que o Brasil sofria de “hiperemprego” e baixa produtividade e, nesse sentido, se opôs abertamente aos desenvolvimentistas e às políticas de intervenção. Com uma clara visão ideológica, encontrava perigo nessas teses que, para ele, poderiam fazer “concessões ao socialismo” (ibidem, p.42)

O planejamento era, também, um perigo para a sociedade brasileira pois enxergava nesse uma identidade com o socialismo. “A livre movimentação das forças de mercado”, era o principal dispositivo de desenvolvimento e se sobressaía perante as intervenções estatais e o planejamento teria que ser moderado “desde que o Estado transpusesse os limites de intervenção que representassem [...]” (ibidem, p.59). Gudin teve participação ativa no debate sobre o planejamento, com Roberto Simonsen e Presbich, não teoricamente com grandes escritos sobre o tema, mas historicamente sendo um dos principais protagonistas e referência para o período.

As CORRENTES DESENVOLVIMENTISTAS – do setor privado, setor público não nacionalista e setor público nacionalista – tinham em comum apenas a formação de um capitalismo industrial moderno, via industrialização. Divergiam, entretanto, nas formas de intervenção estatal e com suas diferentes percepções de Brasil e lugares de atuação privilegiavam certos aspectos que eram determinantes para seus posicionamentos perante à conjuntura da época.

Roberto Simonsen, por exemplo, líder da corrente desenvolvimentista do SETOR PRIVADO, além de ser o grande ideólogo do desenvolvimentismo brasileiro, era protagonista do setor industrial. Foi presidente da CNI e da FIESP, entre 1937 e 1945. Participava ativamente do debate político, sendo deputado e participante da Constituinte de 1946. O setor privado tinha como maior objetivo defender, além de uma forte industrialização, os interesses do empresariado industrial privado. As duras críticas que Simonsen fez ao Plano Marshall demonstram a importância que era dada à industrialização, até mesmo em setores de base. O plano Marshall, segundo ele, forçaria os países latino-americanos para o setor primário, que não garantiam rendimentos suficientes e inibia, dessa forma, a industrialização dos setores produtivos e técnicos. O planejamento e protecionismo seriam instrumentos centrais para o desenrolar do desenvolvimento nacional, permitindo formações de indústrias nacionais e proporcionando, através da planificação, condições básicas que promoviam estruturas sociais e econômicas indispensáveis para o país. A intervenção estatal, entretanto, deveria ser sempre estudada levando em consideração a iniciativa privada para que não atrapalhassem ou sufocassem seu funcionamento com outros concorrentes.

No SETOR PÚBLICO as duas correntes, denominadas de não nacionalista e nacionalista, divergiam mais sobre até que ponto o Estado poderia intervir. A corrente desenvolvimentista do SETOR PÚBLICO NÃO NACIONALISTA, por um lado, preconizava “soluções privadas, de capital estrangeiro ou nacional, para projetos de inversão na indústria e na infraestrutura” (ibidem p.77) aceitando a intervenção estatal somente em últimos casos. A estabilidade monetária era um dos pontos que os desenvolvimentistas não nacionalistas preconizavam, assim como os neoliberais da época. Um fato curioso é que o líder dessa corrente era Roberto Campos, um dos maiores nomes do liberalismo brasileiro. A taxação de Roberto Campos como um desenvolvimentista do setor público não nacionalista, por somente aceitar no contexto da época algumas políticas intervencionistas, oculta, dessa forma, a visão liberal de sociedade que mantinha em seu ideário. Nesse sentido, Campos representava, como demonstra Bielschowsky, “a ala direita da posição desenvolvimentista” (ibidem, 105).

Os desenvolvimentistas não nacionalistas defendiam capitais estrangeiros e atacavam a solução estatal onde a iniciativa privada poderia se sobressair. Porém, diferente de Gudin, Campos propunha a industrialização como forma de superação do subdesenvolvimento e usava “inclusive o argumento de desemprego” como defesa para o projeto industrializante. Conseguiu, no BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico), ser o principal formulador do Plano de Metas, admitindo o planejamento como “necessidade de compensar a debilidade da iniciativa privada” e “acelerar o ritmo do desenvolvimento” que era, pra ele, um “processo cumulativo”, ou seja, investindo em indústrias básicas, logo outros setores seriam, conseqüentemente, afetados por investimentos colaterais. O planejamento que poderia assumir formas claras e positivas para a sociedade

seria, entretanto, o que ele chamou de “planejamento seccional”⁶ tendo à intervenção estatal o mínimo necessário para o desenvolvimento econômico (ibidem, 112). Enxergava no “planejamento integral” perigo, assim como Gudin, do socialismo, de um poder centralizador dirigista e sem liberdades humanas. Por fim, as políticas formuladas por Roberto Campos foram as que mais chegaram perto da “política de investimentos efetivamente realizada” encabeçada pelo governo de Kubitschek através da forte industrialização por via de capitais estrangeiros e apoio do Estado, pautas centrais de Campos⁷. (ibidem, p. 105)

De outro lado, estão os desenvolvimentistas NACIONALISTAS, sendo Celso Furtado o grande líder dessa corrente. Diferente dos não nacionalistas, entendiam que somente uma forte intervenção estatal era capaz de promover a industrialização. O Estado, em contraponto à debilidade do empresariado nacional, era o principal agente na “captação e alocação de recursos, através de um sistema de planejamento abrangente e de pesados investimentos”. Sendo assim, apesar de não negarem a entrada de capitais estrangeiros, preconizavam para esses uma política disciplinadora, visando a não subordinação e evitando o domínio dos imperialistas do mercado internacional nas empresas brasileiras. Fortemente influenciado pela CEPAL, criada em 1948, os desenvolvimentistas nacionalistas enxergavam no planejamento integral global, juntamente com a industrialização, a “homogeneização dos níveis de produtividade” de todos os setores econômicos. Vale frisar que o planejamento era, para eles, o principal instrumento do desenvolvimento que conseguiria proporcionar eficiência para a industrialização em países periféricos com estruturas heterogêneas e “reduzida diversificação” dos aparelhos produtivos (ibidem, p.147). O subdesenvolvimento brasileiro, nesse sentido, não era uma condição espontânea e nem uma etapa histórica que os países latino-americanos teriam que passar, mas, sim, “uma condição específica da periferia do sistema capitalista, um resultado histórico da evolução da economia mundial desde a Revolução Industrial” (ibidem, p.138).

Por fim, a última corrente é a SOCIALISTA, fortemente influenciada pelo PCB da época. Suas formulações convergiam em certa parte com as dos desenvolvimentistas nacionalistas, porém em um aspecto central se diferenciavam: a construção de um capitalismo integrado e nacional se fazia, para o PCB, “a partir de uma perspectiva revolucionária” e como etapa para o socialismo. A questão política esteve, assim, muito mais arraigada nessa corrente, já que dentro do partido as análises econômicas faziam parte da “tática revolucionária” e das plataformas “de lutas políticas” (ibidem, p.182). Enxergavam no Brasil um país feudal com forte atuação do imperialismo subordinando os latifundiários; a luta antifeudal e anti-imperialista, com apoio da burguesia nacional, era a ideia-força que movia o partido. Apoiavam, nesse sentido, o planejamento e as intervenções estatais em todos os setores da economia, com vistas a inibir as duas principais contradições que, para eles, moviam o Brasil: o monopólio de terra e o imperialismo. O desenvolvimento, com uma forte industrialização planejada e reforma agrária, seria, assim, o principal objetivo para as condições de passagem ao socialismo.

A breve análise aqui feita do pensamento econômico de Bielchowsky (2000), em especial a parte 1 do seu trabalho, portanto, consegue dar um panorama superficial sobre o principal debate econômico que o período 1930-1964 passou. Os instrumentos desenvolvimentistas, principalmente o planejamento, eram, como visto, motivo de diferentes percepções ideológicas e diferentes visões de mundos que demonstram as trajetórias e os caminhos que o Brasil poderia encontrar. A história, individual, do pensamento econômico do período, entretanto, deve ser ponderada levando em consideração outra abordagem para o desenvolvimentismo, enxergando um movimento mais amplo que transborda seu aspecto de políticas com consequências somente no âmbito econômico.

4. O DESENVOLVIMENTISMO PARA ALÉM DO MUNDO ECONÔMICO: Alvaro Vieira Pinto e o desenvolvimento para superação do pauperismo brasileiro

“Quando se disserta a respeito de desenvolvimento, a tradição do país é a de pensa-lo independentemente dos efeitos mais gerais de configuração social e política que podem ser gerados.” Renato Lessa, com essa frase, propõe pensar o desenvolvimento como um processo de transformação estrutural da sociedade:

⁶ “[...] o planejamento “seccional” corresponde à localização de alguns setores que constituem “pontos de estrangulamento” e/ou “pontos de germinação” da economia e à definição de objetivos setoriais, de modo que o Estado, através de uma série de mecanismos, promova uma política econômica visando garantir as taxas de investimentos necessárias” (ibidem, p.153)

⁷ “Campos destaca-se nos anos 50 como um pensador certeiro. Foi, sem dúvida, o economista da nova ordem do Brasil, que passava da velha estrutura agrário-exportadora à nova estrutura e economia industrial internacionalizada. Campos apostou na industrialização pela via de internacionalização de capitais e de apoio do Estado – e ganhou. De todos os economistas brasileiros mais ativos, foi aquele cujo projeto desenvolvimentista esteve mais próximo da política de investimentos efetivamente realizada” (ibidem, p. 105)

“Planos de desenvolvimento, se tomados a sério, podem ser pensados como processos que alteram a configuração fundamental da sociedade. Neste sentido, disserta-se a respeito de experimentos que modificam potencialmente a estrutura de pressões do *demos* sobre o sistema de poder, na medida que alteram suas identidades básicas” (LESSA, 2010, p. 272)

Sendo assim, se pegarmos o contexto brasileiro da década de 50, no que diz respeito ao grande processo de desenvolvimento encadeado, a impressão é “sua capacidade de afetar a estrutura básica da sociedade” (idem). Não é à toa que tanto a tese do subdesenvolvimento, quanto o projeto desenvolvimentista, como mostra Vera Cepêda (2012, p. 81), “tiveram papel fundamental no processo de construção da modernidade brasileira”. O desenvolvimentismo, para além do campo puramente econômico, por um lado, “filia-se à percepção intelectual do déficit de identidade nacional, resultando do legado colonial, da mistura étnica, das diferenças regionais ou dos limites intrínsecos ao surgimento da racionalidade moderna” e, do outro lado, corresponde “a um campo teórico que recusa o espontaneísmo das relações sociais como *parti pris* para geração do progresso social, do equilíbrio econômico ou da emancipação, afastando-se do campo liberal” (ibidem, p. 82).

O nacional-desenvolvimentismo é a congruência entre esses dois postulados, onde o rompimento com o liberalismo econômico e o projeto nacional, através de um esforço social, tem como síntese o objetivo de superação do passado e do subdesenvolvimento via modernização econômica, que exigirá não mais os princípios ortodoxos, mas, pelo contrário, o “recurso heterodoxo do planejamento e da racionalização da economia para que se desate o círculo vicioso do subdesenvolvimento por meio da queima de etapas e da ação transformadora do Estado”. O desenvolvimentismo “inverte o vetor” de somente políticas econômicas com consequências na sociedade “colocando a vontade social como origem da dinâmica do progresso” (ibidem, p.81). A dimensão política, como mostramos com Renato Perissinotto, e a econômica, com Bielschowsky, está muito mais enraizada na questão social das décadas desenvolvimentistas e fundamenta, assim, o processo de transformação orientado pelo Estado:

“A década de 1950 é o momento áureo nesse processo de transformação ao consolidar um pacto social com alta capacidade hegemônica, o nacional-desenvolvimentismo, caracterizado pela presença de atores e agenda absolutamente modernas. Trabalhadores assalariados e empresários de várias frações de classe (ligados aos interesses da indústria, comércio, agricultura; cindidos entre dinâmica interna e externa), classes médias urbanas, funcionalismo e intelectuais com poder de state makers mesclam-se no debate sobre a configuração de uma sociedade moderna (de modelo urbano-industrial), definida como projeto nacional” (ibidem, p.82)

Dessa maneira, vale pensar o desenvolvimentismo como um movimento mais amplo, como um processo que daria condições de mudar, como demonstra Renato Lessa, a “forma de organização da sociedade, afetando a configuração das identidades coletivas, os valores sociais e a estrutura geral de interesses” (LESSA, 2010, p. 272). O economicismo tem que ser deixado de lado para analisar o desenvolvimentismo como um ideário de sociedade que permeou o debate brasileiro a partir de 1930 e que se radicalizou com o pós-1945. O contexto histórico internacional promovia nos diversos países – de economia subdesenvolvidas – o ideário de desenvolvimento como fórmula máxima para conseguirem desencadear não só os aparatos produtivos, mas, também, modos de organização social. A partir do momento em que o Estado ganha o protagonismo de um processo de transformação que envolve articulações simultâneas com a sociedade e com as massas que se inseriam, estamos tratando, desde já, com um processo político e social por excelência. Como define Cepêda:

“De maneira geral, pode-se definir desenvolvimentismo como um projeto de transformação social profunda, operada politicamente, de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social. Se essa definição estiver correta, o desenvolvimentismo nasce de uma constatação de deficiência estrutural e crônica como base lógica de intervenção com objetivo de transformação. Portanto, é mais que desenvolvimento: é mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente” (CEPÊDA, 2012, p. 79)

A visão pragmática do desenvolvimento, com consequências somente no campo econômico, é dispensável principalmente no caso brasileiro, onde a representação política passava a ser ponto central à conjuntura da época. Olhando por esse lado, é inevitável pensar o desenvolvimento e as massas que se inseria, a partir da representação política, “como parte de um processo mais amplo de democratização da sociedade brasileira” (LESSA, 2010, p. 272). A breve referência feita a Alvaro Vieira Pinto, na parte um do presente trabalho, merece, agora, uma análise mais detida principalmente por seu texto marcante, datado de 1956, trazer uma notável “centralidade da ideia desenvolvimento como categoria chave para o entendimento do país” (ibidem, p. 273), na década de 1950. O desenvolvimento, para Pinto, era a única solução para as mazelas brasileiras mediante as enormes massas que se inseriam no cenário público, tendo consequências objetivas para o desenrolar histórico do Brasil:

“[...] ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará à medida que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso, ou, se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, que nos conduzirá à condição das grandes massas asiáticas” (PINTO, 1956, p. 15)

Em primeiro lugar, a questão fundamental para compreendermos as implicações práticas do desenvolvimento brasileiro, para Vieira Pinto, é entender o processo de democratização “materializado na emergência das massas como sujeitos sociais e históricos e no adensamento de seu processo de tomada de consciência” (LESSA, 2010, p. 274). Para Pinto, o que se tinha no Brasil, de até então, era uma desconsideração com os contingentes humanos que se colocavam no cenário público:

“Característica igualmente dessa fase inicial, ainda noturna, da nossa vida consciente, e da qual só agora começamos a despertar, foi a incompreensão do papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem o copo nacional. Como povo, somos formados por um contingente humano, cujo índice de crescimento é excepcionalmente alto, e que está ocupando áreas cada vez mais amplas do nosso espaço” (PINTO, 1956, p. 15)

O tema do povo brasileiro, como na citação, aparece, para Renato Lessa, “como uma dimensão ontológica e categoria de análise” (LESSA, 2010, p. 275). A dimensão quantitativa, através do “corpo em crescimento” brasileiro, passa, na análise do desenvolvimento, para um salto qualitativo “de transformação de consciência”:

“Ora, o alargamento quantitativo da área da cultura é acompanhado por um movimento qualitativo de transformação de consciência. Esse fato é de importância decisiva. Não compreendê-lo, não aceitá-lo, não utilizá-lo, é revelar uma das mais nocivas formas de cegueira intelectual, a cegueira para a história. Devemos, portanto, esforçar-nos por entender o que representa e promete o movimento que resulta na progressiva autoconsciência das massas populares” (PINTO, 1956, p.16)

Como bem demonstra Lessa, é nesse ponto que Vieira Pinto deixa para trás o paradigma conservador “que afirmava a necessária exclusividade da sede da consciência social nas elites”, rompendo, também, com a questão de somente inclusão das massas. O que se tem, para Vieira Pinto, é ação transformadora tendo o povo brasileiro lugar central no projeto do desenvolvimento a partir da tomada de consciência: “Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo, figurante mudo do drama social, no qual só tinha atuação mecânica, em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente” (ibidem, p.17). A ideia, no sentido de uma ideologia do desenvolvimento, surge como o operador para a elucidação do que existe e passo necessário para a modelagem do futuro (LESSA, 2010, p. 276), permitindo, portanto, à esfera da ação com tal ideia possuída pelo indivíduo:

“É pela presença desta, segundo Pinto (1956), que a distinção se estabelece: do reconhecimento fático do sofrimento, o processo de tomada de consciência permite representar e exprimir as razões do próprio sofrimento [...] A posse de uma ideia revela a presença de um processo psicológico, enquanto a posse de um indivíduo por parte de uma ideia configura um aspecto sociológico, posto que vinculado à esfera da ação” (ibidem, p. 276-277)

O desenvolver histórico decorre, então, pela fusão destes dois aspectos, que permeiam as ideias em torno de outra ideia fundamental: a de projeto: “O projeto é igualmente uma ideia ainda não realizada, mas pensada

em função das representações atuais, e só possível em razão delas” (PINTO, 1956, p. 20). Ou seja, a própria ativação irrefreável do demos – palavras, também, de Renato Lessa – “acabam por criar as condições para a reflexividade e a afirmação de projetos”⁸. O não desenvolvimento, sendo assim, “é um absurdo ontológico” já que o desenvolvimento é em função e fenômeno das massas cada vez mais abundantes. (LESSA, 2010, p.277)

Porém, por outro lado, o desenvolvimento nacional não sendo construído espontaneamente, “como um movimento histórico causal, indeterminado, imprevisto, ocorrendo desordenadamente, sem legalidade interna”, precisa, necessariamente, ser um processo. Essa categoria, umas principais que Pinto usa, acarreta outros aspectos inerentes a ela, que totalizam assim a ideia do desenvolvimento: finalidade, unidade, especificidade e noção diretriz.

O tema da finalidade e da unidade acabam sendo, por um lado, o trajeto e a direção que tal processo acarreta e, por outro lado, a demanda de um movimento comum, sem dispersão. “A finalidade estabelece uma cláusula de orientação, enquanto a unidade o faz com relação a uma cláusula de consistência” (ibidem, p.278). O tema da noção diretriz está totalmente relacionado com a democracia, povoada por agentes livres. Nesse sentido, a fim de evitar dispersões de opiniões, característica central de uma democracia no sentido institucional e político,

“a ideia que deve presidir aos processos de desenvolvimento for tal que, por si mesma, pelos seus caracteres lógicos, pela clareza, exatidão e força sugestiva, uma vez apresentada à apreciação individual, penetre na consciência de cada cidadão, dos que dirigem e dos que executam (todos afinal executam o processo histórico)” (PINTO, 1956, p. 25)

E continua:

“Em outras palavras, para que se tome possível, e depois real, a unidade imprescindível ao rendimento ótimo do processo nacional, é necessário que aquilo que em cada consciência privada é ideia, seja socialmente ideologia” (idem)

Pinto, desde então, rompe com toda uma lógica elitista e demofóbica que rodeava as análises sobre os significados da democracia. O aumento quantitativo do processo nacional colocava uma objetividade central para o Brasil de então: o aumento da elucidação e da consciência popular que exigiria, numa dimensão ontológica, a exigência do desenvolvimento como solução para suas mazelas. Não é à toa que, para Pinto, as reivindicações recorrentes à época seriam expressões do pedido de desenvolvimento:

“O conjunto de manifestações sociais que se denominam, de modo geral, reivindicações populares - direitos, salários, condições de vida etc. -, apresenta-se fenomenalmente sob a forma de pressão exercida sobre as classes dirigentes, mas, em verdade, é apenas expressão da exigência de desenvolvimento. Essas reivindicações exprimem a desconformidade entre a representação consciente que as massas fazem do seu estado vital e as condições econômicas e sociais do meio onde habitam” (ibidem, p.33)

A ideologia do desenvolvimento, portanto, juntamente com o processo de desenvolvimento só poderia ser concedida e realizada a partir e em função das próprias massas:

“Ora, pelo que ficou dito, esse acréscimo de clareza traduz-se numa exigência de desenvolvimento, de tal forma que a aceleração do progresso longe de ser intenção deliberada de grupos governamentais dirigentes, ou planos interesseiros das classes econômicas dominantes, é na verdade reclamo inevitável das massas. São estas que impõem a exigência do desenvolver-se [...] a ideologia do desenvolvimento só é legítima quando exprime a consciência coletiva, e revela os seus anseios em um projeto que não é imposto, mesmo de bom grado, às massas, mas provém delas” (ibidem, p. 33-35)

Resumindo, o desenvolvimento não pode operar sem a aceitação, digamos assim, das massas. “Os quadros intelectuais” que pensam sobre o projeto de desenvolvimento não podem em nenhuma hipótese “fazê-lo a distância”, mas, pelo contrário, precisam consubstanciar junto com as massas. Creio que, todavia, Vieira Pinto demonstra o caráter popular que necessariamente precisava, e ainda precisa, ter o desenvolvimento. Além das inserções abundantes das massas no contexto da época, a modernidade brasileira estava em seu apogeu

⁸ “Só quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Só então é possível falar em desenvolvimento nacional. (PINTO, 1956, p. 26)

demonstrando que o desenvolvimento, indubitavelmente, necessitava ser e era mais amplo do que somente políticas econômicas.

Naquele momento, o desenvolvimentismo era um ideário de sociedade que tinha em sua finalidade o objetivo de superação do subdesenvolvimento e do passado arcaico brasileiro. Ter essa visão desobscurece a perspectiva economicista, dando lugar a um olhar do desenvolvimentismo como um tipo de sociedade que o Brasil, na época, tinha condições de ser tornar. Esse momento do processo brasileiro, além de marcar sua história, deixa consequências drásticas tanto do processo de uma identidade nacional moderna, quanto do modo que enxergamos o tipo de sociedade que se decorreu daí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos, no presente trabalho, enxergar o desenvolvimentismo como um conceito permeado por diferentes caminhos e trajetórias, para além de somente políticas econômicas. No que tange a seu auge, na década de 1950, o desenvolvimentismo representava um ideário de sociedade preocupada em superar o passado e o subdesenvolvimento mediante transformações com consequências em todas as esferas. As massas trabalhadoras que se inseriam no cenário público tinham espaços cada vez maiores e precisavam ser alocadas e realocadas conforme suas reivindicações. A modernidade brasileira, decorrida até aquele momento, com um respaldo de criação de identidade nacional, entendia o desenvolvimentismo como a única finalidade em meio a instabilidade política que rodeava os ambientes públicos. Ao fim, como Renato Lessa mostra, “o desenvolvimento é consequência necessária da democratização fundamental do país” em meio ao conturbado processo de ingresso das massas.

O desenvolvimentismo se mostrou um conceito que, mesmo com seu núcleo central, possibilitava percorrer caminhos e trajetórias diversas dependendo das diferentes visões de mundo de seus representantes e atores. Vale ressaltar que a intervenção estatal fora de um planejamento, racionalização e sem estratégia não pode ser considerada um projeto desenvolvimentista. O que mais se destacava na época, além da crise do credo liberal, era a planificada economia soviética, que se mostrava forte perante as crises da auto-organização e servia de exemplo para os países do terceiro mundo com o instrumento central, o planejamento. O pós-45 nasce, então, com o movimento internacional de modernização dos países subdesenvolvidos enxergando no desenvolvimentismo o sucesso para a superação do passado.

Ademais, não é outra visão que se pode ter do desenvolvimentismo quando, numa conjuntura de processo de construção da modernidade brasileira, a transformação com a industrialização pesada afetava as estruturas básicas da sociedade. Longe de somente apontar para políticas econômicas, o desenvolvimentismo se encontrava junto à instabilidade política que as massas passavam para o cenário público. Ou se construía uma sociedade compactada, realocando as massas conforme os lugares que poderiam encontrar, oferecendo direitos, vantagens e repressão ou, então, o medo de tal massificação continuaria a rondar na sociedade brasileira. Daí pra frente é só história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. – 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

CEPÊDA, Vera Alves. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico**. Estudos Avançados, São Paulo, v.26, n. 75, p. 77-90, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. Brasília: IPEA, 2015

GUIMARÃES, César. **Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobrás e Brasília**. IN: CARVALHO, Maria Alice Rezende (org.). República no Catete, 2001

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **FUTURO PASSADO: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto. Ed. PUC-Rio, 2006

LESSA, Renato. **Democracia, Representação e Desenvolvimento**. IN: Estado, Instituições, Democracia: democracia, livro 9, vol.2. IPEA, 2010

PERISSINOTTO, Renato. **O conceito de Estado Desenvolvimentista e sua utilidade para os casos brasileiro e argentino**. Revista de Sociologia e Política, v.22, n. 52, p. 59-75, 2014.

PINTO, Alvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro, 1956